

O PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO E CULTURAL DOS ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO DA ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DA UCPEL

*Stéphanie R. W. Schaefer Batista**

RESUMO: O presente artigo é resultado de uma pesquisa realizada em meio aos acadêmicos da Escola de Serviço Social da UCPEL. O trabalho teve como objetivo conhecer a estrutura social, econômica, cultural, familiar e política na qual está inserido o nosso aluno. Traçando o perfil sócio-econômico e cultural dos aprendizes de Serviço Social, podemos apontar tendências que se apresentam como alternativas que signifiquem, talvez, uma contribuição no avanço do processo de formação profissional dos assistentes sociais face às exigências da contemporaneidade.

PALAVRAS-CHAVE: perfil sócio-econômico e cultural dos alunos de Serviço Social; formação profissional em Serviço Social.

INTRODUÇÃO

É importante esclarecer que o Serviço Social é uma profissão que atende demandas sociais de classes subalternas. Para tal, ele aciona políticas sociais que têm o intuito de traduzir as demandas emergentes. Trata-se de uma intervenção que pretende fortalecer o sujeito fragilizado. É o que Faleiros denomina de “empowerment” (Faleiros, 1996).

Para exercer esta intervenção, o assistente social depara-se com uma forte contradição: as demandas dos usuários dos serviços sociais nem sempre entram em sintonia com as demandas dos dirigentes desses mesmos serviços sociais. Enquanto o primeiro mandatário requer uma intervenção libertadora do assistente social, o segundo mandatário espera uma intervenção controladora e disciplinadora a fim de reproduzir relações que venham responder à lógica dominante.

* Assistente Social e professora da Escola de Serviço Social da UCPEL.

Desta forma o “*assistente social deve orientar sua ação para a desmistificação das condições e relações de trabalho que circunscrevem sua ação profissional. Porém, como sujeito profissional e político, deve apontar e imprimir esta direção, de forma ampla, para os espaços e relações institucionais onde se produzem e se reproduzem formas de ser e viver alienadas que se manifestam cotidianamente nas relações entre o Serviço Social e os demais atores profissionais, entre estas e a população usuária e, de forma mais ampla, entre o Estado e as classes sociais. (...)*”

A questão desloca-se então, para a construção de um perfil profissional que expresse ao mesmo tempo uma competência teórico-metodológica, ética e técnico-política”. (ABESS, 1996: 36-37 e 40).

Para atingir este objetivo é necessário conhecer o assistente social desde sua formação inicial. Como ele está estruturado materialmente, economicamente, culturalmente, politicamente... para responder a tais exigências? Que representações o sujeito aprendiz de Serviço Social constrói sobre si próprio? Deve-se levar em consideração que são as condições objetivas e subjetivas que constroem a consciência dos assistentes sociais. Que lógicas mentais, que reflexos contextuais estão presentes em meio aos nossos alunos e acabam incidindo no processo de formação desses futuros profissionais?

Para tentar esclarecer tais questionamentos, a presente pesquisa lança como questão norteadora a seguinte indagação:

- Qual é o **perfil** sócio-econômico e cultural do aluno de graduação da Escola de Serviço Social da UCPEL?

Uma vez desenhado este perfil, tentar-se-à perceber as **dicotomias** em torno do mundo “extra” e “intra” muros universitários que cercam nosso educando.

Para alcançar algumas respostas, além de buscar subsídios bibliográficos junto a Pedro Demo e Marilda Iamamoto, dentre outros, efetuou-se uma pesquisa exploratória em meio aos alunos de graduação de Serviço Social da UCPEL. Em um primeiro momento, nota-se o emprego de um método mais descritivo que viabiliza o traçado do perfil do nosso alunado. Em decorrência das respostas fornecidas pela população pesquisada, observou-se a necessidade de aprofundar alguns tópicos dentro de uma análise mais qualitativa.

Cabe esclarecer que os dados obtidos neste estudo não pretendem realizar uma generalização demasiada nem um particularismo absoluto

em torno do perfil de aluno que frequenta o curso de Serviço Social. Consideramos que a população investigada contém elementos singulares ao mesmo tempo em que deve também expressar problemas e tendências gerais. E é em torno das tendências levantadas que pretendemos apontar algumas alternativas que signifiquem, talvez, uma contribuição no avanço do processo de formação profissional face às exigências de contemporaneidade.

I- A CONJUNTURA QUE CERCA OS “APRENDIZES” DE SERVIÇO SOCIAL

1. Um final de milênio de encontros e desencontros

Tendo em vista que o Serviço Social se particulariza intervindo nas relações sociais de produção e reprodução da vida social (ABESS, nov. 1996:7), é necessário contextualizar a realidade que cerca o profissional que nela intervem.

A bem dizer, nos situamos em meio a uma realidade que é ao mesmo tempo extremamente genérica e peculiar. Trata-se de uma realidade que envolve relações familiares, de vizinhança, de consumo, de exploração, de expansão do mercado, de degradação ambiental, de violência nas ruas... Assistimos aos meios de comunicação que jorram uma massa de informações de diversas naturezas fazendo com que populações percam sua autenticidade de ser, agir, sentir e pensar; em contrapartida, vemos movimentos de resgate de hábitos e costumes locais. E não podemos esquecer que mesclam-se a este cenário Hong Kong, Marte, clones, Lady Di, Madre Tereza de Calcutá, as ossadas de Che-Guevara, reformas e crises, até mesmo na polícia. O que vemos é *“um cotidiano de trabalhadores sem trabalho, de estudantes fora das escolas, de moradores sem casas, de indivíduos ainda candidatos a cidadãos. O que acumulam é a fome e a miséria, são os rótulos e estigmas que os desqualificam cada vez mais tanto como pessoas quanto para a vida em sociedade, e um retrato de preguiça, indolência, malandragem e marginalidade lhes é atribuído por uma fala originária de um outro lugar, reduzindo-os a objetos desnecessários e, portanto passíveis de descarte”*. (JUNCÁ, 1997: 27). Enfim, estamos diante de uma realidade de contrastes. Cabe salientar que esta realidade é a mesma

para todos nós, seres humanos, onde também se misturam os “aprendizes” da profissão (estudantes de Serviço Social), os mestres, os praticantes, a população demandatária de promoção social... A diferença encontra-se na maneira como percebemos e apreendemos esta realidade. Como reagimos a seus reflexos? Como nos relacionamos com seus elementos? Como nos pronunciamos diante dela? Não é mais surpresa nos depararmos com movimentos divergentes a estas questões. Eles são até necessários para fomentar a pluralidade de posturas e paradigmas a fim de tentar apreender o mundo em sua totalidade. Preocupante, porém, é quando a dicotomia ocorre num processo de formação profissional, no sentido de haver um descompasso entre mundo do educando, mundo acadêmico e mundo do trabalho, no caso específico aqui situado, mundo do trabalho em Serviço Social.

“... A postura pedagógica mais frequente nas universidades não acompanha a evolução da economia e do comportamento social, nem as revoluções nas comunicações e no processamento de informações, que exigem novo desempenho da educação”. (MENEZES, 1996: 51).

Como promover um “encontro” diante de tal “desencontro”?

Primeiro seria necessário situar os pontos do “desencontro”. E, segundo, seria preciso lançar convites de “encontros”, não com o intuito de impor uma homogeneização mas sim, tendo o objetivo de reunir forças na heterogeneidade da realidade.

“O que está em questão não é a subordinação utilitária da qualificação profissional às oscilações do mercado, mas uma sintonia necessária entre a formação e as demandas sociais e objetivas apresentadas à profissão”. (IAMAMOTO, 1992: 191).

2. Os desencontros

O contexto que nos cerca e de onde provém as demandas é marcado pela diminuição de investimentos no campo das políticas sociais. Até bem pouco tempo o próprio Estado se legitimava pelas políticas sociais. Hoje, o Estado se legitima pelo capital, sem a necessidade da legitimação através de ações que busquem o bem-estar social, talvez porque também não tenha mais o contraponto da “ameaça” comunista. (BAPTISTA, 1996:52).

Hoje a grande missão do mundo é a busca e expansão de novos mercados a fim de cumprir a eterna palavra de ordem: lucratividade. A preocupação é: vencer a competitividade. Daí porque a matéria-prima mais cara e preciosa é o conhecimento, uma vez que ele gera tecnologia, mede custo-benefício, encontra técnicas de administração, de negociação e de organização do trabalho, elabora estratégias de marketing para “converter” o consumidor, evita ou cria meios de espionagem a fim de vencer a concorrência.

“Começam a se estruturar novos padrões tecnológicos, fazendo com que o conhecimento assuma (...) a posição da principal matéria-prima. Isso tem feito com que se coloque na ordem do dia, no plano internacional, a polêmica em torno da lei de patentes para garantir o domínio institucional do conhecimento”.(SILVA, 1994: 103).

Reconhece-se que esta configuração da economia mundial tem provocado extraordinários avanços nas forças produtivas (produções em massa, a poucos custos e em tempo recorde), na internacionalização do mercado (avanços em territórios antes “proibidos” como a ex-URSS), nas comunicações continentais (internet), nos conhecimentos de certos campos da vida humana (genética) e até mesmo de territórios antes desconhecidos (novos planetas, um robô em Marte...).

Em decorrência desses fenômenos, conforme demonstra o relatório de Desenvolvimento Humano emitido pela ONU em 1995, observa-se que os países em desenvolvimento progrediram três vezes mais rápido que os países industrializados e que o PIB mundial foi multiplicado por sete, passando de três bilhões de dólares para 22 bilhões de dólares. Neste mesmo período a população mundial duplicou, passando de 2,5 a 5,5 bilhões de pessoas existentes no mundo. Isto significa que a renda por habitante triplicou. Cabe questionar sua distribuição. Deste percurso tem-se como resultado o fortalecimento do sistema capitalista.

Ironicamente, em contrapartida, assistimos a uma crescente crise social. Conforme o relatório da ONU de 1995, o Brasil vê-se marcado por um quadro de profundas desigualdades sociais. 26,8% da população não consegue suprir suas necessidades básicas por não deter renda satisfatória. O relatório lembra que na década de 60 os 10% mais ricos tinham uma renda 34 vezes superior a dos 10% mais pobres. Trinta anos depois a diferença passa a ser de 78 vezes... O mesmo documento aponta que existem no país 20,2 milhões de analfabetos e 4 milhões de crianças fora da escola. (SANTOS, L., 1995:21). O relatório da ONU sobre Desenvol-

vimento Humano, documento emitido mais recentemente no ano de 1997, reforça esses dados. Em um curto período de tempo, o quadro não melhora. Pelo contrário, parece agravar-se. Em 1994, o Brasil ocupava o 63º lugar na escala mundial em relação ao índice de desenvolvimento humano. Em 1997, ele baixou para o 68º lugar. Assim, o desenvolvimento humano não é sinônimo de crescimento econômico. O desenvolvimento é pleno quando ele não se limita à esfera econômica. Isto implica em levar em consideração as condições de qualidade de vida que têm indicadores sociais (expectativa de vida, escolaridade, saúde pública...). Na área da saúde, a mortalidade infantil no Brasil atinge 45 de cada mil crianças nascidas. A esperança de vida é de 66,4 anos contra, por exemplo, 70,7 anos do Suriname, que é um dos países mais pobres da América Latina. (ONU, 1997:186).

Vem à tona o cenário de contrastes. Deparamo-nos com um “Darwinismo Social”: os fortes sobrevivem a este sistema enquanto os fracos sucumbem. Temos aqui o ápice do “desencontro”, visto que os investimentos realizados (econômicos, políticos, científicos...) e seus resultados eficazes só se direcionam para o lado dos “fortes”. Estes, atualmente, são representados por grandes corporações do setor privado. São agrupamentos, blocos que, para se legitimarem, aglutinam até mesmo o Estado e os meios de comunicação. Estas duas instâncias tomam força porque são lideradas e apropriadas pelos interesses privados destas corporações.

“É de ressaltar a presença organizada do empresariado na política, nas conversas com governos, nos lobbies, nas ligações partidárias, no financiamento de campanhas eleitorais, na difusão de suas posições políticas em publicações e na mídia. Entidades de classe, em todos os escalões, realizam estudos, fazem propostas de políticas, executam manifestações e ações coletivas em prol de seus interesses”. (WANDERLEY, 1994: 22).

Desta forma, o próprio descaso com o interesse público acaba sendo banalizado porque não está na ordem das prioridades.

“A onda neoliberal e a bandeira da privatização sem controle social adequado parecem conquistar as mentes de muitos. As dificuldades postas pelas democracias delegativas, pela cidadania de baixa intensidade, pela não representatividade dos partidos, pela privatização do público, pelas soluções corporativas anunciam um futuro pouco satisfatório. A parte dramática deste quadro previsível se dá na

estruturação de um Estado socialmente excludente, cuja modernização se orienta mecanicamente pela finalidade de reduzir o gasto público sem se apoiar decisivamente no desenvolvimento produtivo e distributivo, e na reconversão da economia sob as novas condições dos mercados mundiais. O abandono de políticas sociais sérias e eficazes por medidas casuísticas e emergenciais acirram a miséria e suas implicações sobre a economia e o Estado". (WANDERLEY, 1994: 24).

Assim, nos deparamos com quadros absurdos de fome* e miséria quando, pela primeira vez na história do planeta, assistimos a uma superabundância de gêneros alimentícios.

E onde estão os sentimentos de indignação? Eles existem sim, sob a forma de piedade, de sentimento de impotência, de medo, de individualidade. Por outro lado, a indignação pode vir acompanhada de atos de vandalismo, depredações, violência física, auto-mutilações. De acordo com Boaventura Santos, os problemas éticos e políticos são transformados em problemas técnicos. Não há ausência de caridade e sim de justiça. O ser humano não é fim. É, sim, meio. Graças a um discurso hegemônico enfeitado de apelos propagandísticos, esse ser humano é transformado em um ser individualista, possessivo e materialista. Os "fortes" da "lei social" de Darwin estão "... usurpando o espaço de participação popular com a tentativa de impedir a construção de uma identidade das classes populares, que são transformadas em mero produtor/consumidor". (SILVA O., 1994: 105).

3. A universidade enquanto ponto de encontro

Em meio a este emaranhado de relações desiguais que acabam desenhando um quadro de injustiça social, temos a universidade integrando tal contexto. Trata-se de uma instituição que atrai olhares visto que, a princípio, ela aborda o futuro; o futuro que, dentro do quadro conjuntural descrito até aqui, se torna alvo de esperanças por mudanças sociais. Dentro desta ótica a universidade é o futuro porque prepara homens e mulheres que deverão adentrar, empreender e apreender este

* Ezequiel Ander-Egg em palestra proferida na UCPel no ano de 1995, destacou que 800 milhões de pessoas morrem de fome por ano, no mundo inteiro.

futuro. Da universidade são aguardadas respostas aos “desencontros”. Segundo Boaventura Santos, alimenta-se a expectativa de que a universidade privilegie “a preparação ampla para uma grande variedade de condições subsequentes imprevisíveis em detrimento de um treinamento específico para uma tarefa que daqui a cinco ou dez ou vinte anos pode já não existir”.(1996: 198).

Não se trata de uma “mera preparação para o emprego” mas sim, de uma formação humana capaz de vencer os desafios contemporâneos. De acordo com Pedro Demo isto inclui:

“a) capacidade de elaboração própria, de construção autossuficiente de projeto pedagógico criativo, de autonomia acadêmica;

b) capacidade de conjugar teoria e prática;

c) capacidade de constante atualização;

d) capacidade de motivar atitudes emancipatórias;

e) qualidade formal e política...” , ou seja, criar novas alternativas aos novos problemas sabendo produzir e participar simultaneamente para não cair em práticas autoritárias, empiristas e estereis.(DEMO, 1996: 154).

E, ainda conforme Demo, a sociedade deposita na universidade a esperança de que ela seja a “vanguarda” do desenvolvimento, a esperança do futuro...

“Todavia, para corresponder a tamanha expectativa, a universidade deve renascer. A crítica que por vezes tanto prega contra tudo e contra todos precisa voltar-se agora sobre si mesma. Porquanto a coerência da crítica está na autocrítica. Poucas instituições têm se mostrado tão refratárias a mudanças quanto a universidade, incidindo em (...) contradições, tais como: (...) fustiga o sistema, mas espera dele as soluções de modo subserviente...”.(DEMO, 1996: 259).

Deste modo a instituição é obrigada a reconhecer que não pode limitar-se ao papel de mero ensino, “... porque aí nada propriamente se (re)constrói. No máximo, reproduz-se o status-quo, quando não se regride”.(DEMO, 1996: 142).

4. Um projeto pedagógico que tenta sintonizar-se com as implicações contextuais

Na tentativa de assumir o papel de “*vanguarda*”, e não de “*retaguarda*”, a Universidade Católica de Pelotas vem incentivando o aprimoramento do projeto pedagógico dos respectivos cursos que aglutina.

A Escola de Serviço Social da UCPEL acredita que este procedimento só tende a se concretizar a partir da promoção de uma ação conjunta entre toda a Escola e profissionais da área. Desta forma é possível trabalhar no sentido de fornecer pistas que se direcionem “*para a construção de uma identidade profissional desalienada, que contribua para a formação de uma sociedade nova*”.(SILVA J., 1995: 108). Isto significa adequar conteúdos curriculares com a realidade subjetiva do educando, juntamente com a realidade teórica do Serviço Social, assim como com a realidade existente no campo profissional do assistente social.

Se queremos atingir uma totalidade é preciso considerar particularidades. Isto significa propor-se a conhecer os limites e as possibilidades de nossos estudantes a nível sócio-econômico e cultural e a nível de expectativas quanto ao curso de Serviço Social, a fim de adequar os recursos pedagógicos a um melhor preparo dos futuros assistentes sociais.

O próprio Pedro Demo nos alerta para a necessidade de tal empreendimento: é “*...mister dominar a necessidade educativa da população (...) pela pesquisa em torno dos alunos, sua origem, família, situação econômica e cultural (...) descobrindo demandas insatisfeitas, inatendidas ou frustradas*”. Dentro deste pressuposto é possível elaborar um diagnóstico “*que possa fundamentar ações dirigidas a garantir processo qualitativo subsequente*”.(DEMO, 1996: 247 e 249).

Supõe-se que qualquer processo pedagógico inicia a partir da realidade do educando. Nessa perspectiva é indispensável conhecer o mundo que cerca nosso alunado de Serviço Social. Que realidade discente acolhe a Escola de Serviço Social da UCPEL? Como reunir o mundo do “aprendiz” de Serviço Social com as perspectivas da profissão e com a realidade conjuntural descrita até então?

É a partir desta ótica que me parece ser pertinente traçar, em nossa abordagem, um estudo sobre o perfil sócio-econômico e cultural dos estudantes de graduação da Escola de Serviço Social da UCPEL.

II- MATERIAIS E MÉTODOS

Para a realização desta pesquisa empregou-se como pré-requisito à análise quanti-qualitativa, o **método descritivo**. “*Os estudos descritivos exigem do pesquisador uma série de informações sobre o que se deseja pesquisar (...) O estudo descritivo pretende descrever “com exatidão” os fatos e fenômenos de determinada realidade*”.(TRIVIÑOS, 1994: 10).

A população-alvo deste estudo é constituída pelos 117 **alunos de graduação da Escola de Serviço Social**. A pesquisa foi aplicada no 2o. semestre de 1996. O instrumento da coleta de dados concretizou-se sob forma de **questionário**; este último foi distribuído em todas as salas de aula do curso. O aplicador do instrumento solicitava ao professor um espaço da aula para efetuar a coleta que levava cerca de quarenta minutos. Constaram da amostra 76 alunos, o que representa 65% da população-alvo.

O instrumento continha 142 perguntas fechadas. Aqui cabe ressaltar que se trata do mesmo questionário aplicado pelo grupo de professores de Serviço Social* que vem estudando o perfil sócio-econômico e cultural dos alunos de todos os cursos de graduação da UCPEL.

Além deste questionário, foi aplicado outro complementar com mais 12 perguntas abertas, especificamente destinadas aos alunos de Serviço Social. Isto significa que os acadêmicos de Serviço Social tiveram que responder a um total de 154 questões.

Os dados obtidos foram digitados e tabulados no Centro de Processamento de Dados (CPD) da UCPEL. Através dos relatórios emitidos por esse setor, foi possível analisar as respostas da pesquisa.

Alguns dos dados submetidos ao tratamento estatístico sofreram uma comparação com a pesquisa paralela que vem sendo realizada em torno do perfil sócio-econômico e cultural dos estudantes de todos os cursos da UCPEL. É importante alertar que não se tem aqui o objetivo específico de realizar um estudo comparativo. No entanto, com o intuito de enriquecer a pesquisa, em momentos considerados significativos, foi estabelecida essa comparação entre os dados fornecidos pelos alunos de

* Professores Antônio Carlos Martins da Cruz, Giórgio Lombardini, Renato Della Vechia e Stéphanie Schaefer Batista

Serviço Social e as respostas dos alunos do conjunto de cursos da UCPEL.

Em relação à análise dos dados fornecidos pelos alunos da Escola de Serviço Social, buscou-se relacionar as respostas obtidas na pesquisa com a discussão que a ABESS (Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social) vem estabelecendo entre a categoria, a nível nacional, sobre a formação dos profissionais do Serviço Social. Assim sendo, a presente pesquisa, que traz um desenho do perfil dos alunos da Escola de Serviço Social da UCPEL, pretende contribuir para a construção do novo projeto pedagógico para a formação de assistentes sociais. Os dados aqui esboçados apontam para focos problemáticos que requerem uma maior atenção por parte dos profissionais de Serviço Social, dentre os quais os docentes da área. Por outro lado, estes dados mostram também situações de conquista que devem ser mantidas em relação à formação do profissional do Serviço Social.

III- APRESENTAÇÃO DOS DADOS

1) Constituição da amostra

No segundo semestre de 1996 a Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Pelotas contava com 117 alunos regularmente matriculados no curso, distribuídos entre 103 mulheres e 14 homens.

Dos 76 alunos atingidos, 70 foram representados por mulheres, abarcando 67,9% do total de acadêmicos do sexo feminino; 6 estudantes foram representados por homens, atingindo cerca de 42% do total de alunos do sexo masculino.

Cabe ainda salientar que a maioria dos estudantes que participou da pesquisa frequenta os semestres iniciais do curso: 56,6% dos pesquisados ingressaram na Escola de Serviço Social em 1996.

Entende-se que predomina, entre a população-alvo deste trabalho, um grande concentração de alunos de semestres iniciais porque nos últimos dois anos a Escola vem tendo um crescimento na demanda pelo curso. Este fenômeno se explica porque, justamente no ano de 1996, a Escola de Serviço Social começou a abrir vagas para o vestibular de inverno, realizado no meio do ano, além do concurso ser efetuado habitualmente nos meses de janeiro de cada ano. Outra justificativa que

podemos atribuir ao fato de predominar um maior número de alunos nos semestres iniciais é que fazem parte destas séries estudantes que ainda não desistiram do curso, repetentes e aqueles que estão no aguardo de um crédito financeiro que muitas vezes não fornece uma resposta positiva, tornando inviável os custos da universidade, vindo, por isso, a trancar matrícula nos semestres seguintes.

Tab.1 - Constituição da amostra por ano de ingresso

Ano de ingresso	v. abs.	%
Antes de 1990	2	2,6
1990	2	2,6
1991	3	3,9
1992	4	5,3
1993	1	1,3
1994	12	15,8
1995	8	10,5
1996	43	56,6
Não responderam	1	1,3
Total	76	100

2) Idade, estado civil e composição familiar

Podemos considerar que em termos de **idade** predomina um perfil de aluno maduro no Serviço Social: 56,5% tem idade a partir de 25 anos sendo que destes, 28,9% tem mais de 30 anos. Mesmo assim, a geração “teen” (17 a 24 anos) se faz presente em 35,6%.

Se compararmos a idade dos alunos da Escola de Serviço Social com a idade dos alunos dos outros cursos da UCPEL, confirmamos a hipótese da predominância de alunos mais velhos no Serviço Social. A tabela nº 2 nos fornece um panorama a este respeito.

Em termos proporcionais, quase o dobro de alunos de outros cursos se situam na faixa etária mais nova (entre 17 e 24 anos). Enquanto que mais do dobro de alunos do Serviço Social, em comparação com os outros cursos, têm mais de 30 anos.

No que se refere ao **estado civil** dos acadêmicos de Serviço Social, 69,7% são solteiros e 26,3% dos pesquisados têm relações matrimoniais.

Os alunos que são pais apresentam uma **prole** considerável: dez alunos têm um filho, cinco alunos têm dois filhos e quatro alunos têm três filhos. Somam-se 32 crianças sob a responsabilidade familiar dos 76 alunos pesquisados no Serviço Social.

Se percebemos um maior número de alunos do Serviço Social casados, a mesma lógica segue com a presença dos filhos. Enquanto 25% dos alunos de Serviço Social tem filhos, 17,08% dos alunos dos outros cursos vivem a mesma situação.

Tab.2 - Distribuição por idade dos alunos de Serviço Social e dos alunos dos outros cursos da UCPEL

Idade	Curso de Serviço Social	Outros cursos da UCPEL
	(%)	(%)
17 - 24 anos	35,60	63,34
25 - 30 anos	27,60	19,58
Mais de 30 anos	28,90	11,87
Não responderam	7,90	5,22
Total	100	100

Tab.3 - Estado civil dos alunos de Serviço Social da UCPEL em comparação com o estado civil dos alunos dos outros cursos da UCPEL

Estado Civil	Alunos do Serviço Social	Alunos dos outros cursos
	%	%
Solteiro(a)	69,70	77,46
Casado(a)	19,70	17,67
Mora com companheiro(a)	6,60	2,14
Separado(a)/Divorciado(a)	3,90	2,02
Viúvo(a)	-	0,24
Não responderam	-	0,48
Total	100	100

Nota: valores iguais não resultantes de arredondamento.

Tab.4 - Presença de filhos entre os alunos de Serviço Social

Presença de filhos	v.abs.	%
Não tem filhos	54	71,10
Tem filhos	19	25,00
Não responderam	3	3,90
Total	76	100

3) Cidade de origem

O Serviço Social não se caracteriza como sendo um curso de fortes “migrações”: a maioria de nossos alunos estão radicados em Pelotas. Mesmo assim, 19,6% se mudaram de outras cidades para cursar Serviço Social. Temos que ter em vista que os demais cursos existentes nesta área situam-se no mínimo, a uma distância de 300 km*, o que explica este contingente de quase 20% dos alunos que provém de outros logradouros.

Tab.5 - Cidade de origem dos alunos de Serviço Social da UCPEL

Município	v.abs.	%
Pelotas	61	80,30
Rio Grande	2	2,60
Santa Vitória do Palmar	2	2,60
Outros municípios do Estado	10	13,16
Fora do Estado	1	1,30
Total	76	100

4) Formação escolar

Com relação às amostras dos alunos do Serviço Social e dos alunos dos demais cursos da UCPEL, notamos uma diferença em relação à formação escolar. Os acadêmicos de Serviço Social, em comparação com os outros cursos de graduação da UCPEL, frequentaram menos escolas particulares e escolas públicas, mas em compensação, recorreram mais aos cursos supletivos.

No Rio Grande do Sul outros cursos de Serviço Social estão instalados na grande Porto Alegre (PUC-RS, ULBRA, UNISINOS) e em Caxias do Sul (UCS).

Observamos que em uma proporção equilibrada de cerca de 20% dos acadêmicos de Serviço Social cursaram o P.P.T. (Preparação Para o Trabalho), currículo comum do 2o. grau atualmente, o magistério, o supletivo e cursos técnico-profissionalizantes, sendo que destes 14,5% são técnicos comerciais, 2,6% são técnicos industriais e 2,6% são técnicos agrícolas. Estes dados revelam a diversidade de origem de nossos alunos em termos de formação escolar.

Nos demais cursos da universidade não observamos tal heterogeneidade. Cerca de 42% dos alunos pesquisados cursaram P.P.T. 25,4% realizaram cursos técnico-profissionalizantes e 10,9% fizeram magistério.

Ainda é importante salientar que 38,16% do total dos acadêmicos de Serviço Social frequentaram um cursinho pré-vestibular antes de ingressar na universidade. Em contrapartida, 56,82%, mais da metade dos alunos dos demais cursos de nossa universidade cursaram pré-vestibular.

Tab.6 - Local de conclusão de 2o. grau dos alunos de Serviço Social e dos alunos dos outros cursos da UCPEL

Local de conclusão do 2o. grau	Escola de Serviço Social %	Outros cursos %
Escola Pública	42,20	46,74
Escola Particular	31,60	40,09
Supletivo oficializado	23,70	10,32
Outros	2,50	2,84
Total	100	100

Tab.7 - Tipo de formação de 2o. grau dos estudantes de Serviço Social e dos estudantes dos outros cursos da UCPEL

Tipo de formação de 2o. grau	Escola de Serviço Social (%)	Outros cursos (%)
P.P.T.	22,37	41,99
Magistério	21,05	10,91
Cursos técnico-profissionalizantes	19,73	25,39
Supletivo	22,37	11,15
Outro tipo de formação	10,53	7,82
Não responderam	3,95	2,73
Total	100	100

5) Dados sócio-econômicos

5.1.) Renda

Um pouco mais da metade dos acadêmicos de Serviço Social responde ao perfil do **aluno trabalhador** com renda própria, enquanto que o restante depende completamente da família.

Quase que com as mesmas proporções, mas em um movimento oposto, observamos que 41,4% dos alunos dos outros cursos possuem renda própria enquanto que o restante depende por completo de suas famílias ou responsáveis.

Dos alunos trabalhadores no Serviço Social, 46,2% são **assalariados do setor de serviços**. 20,5% são funcionários públicos. 15,6% se espalham entre pequenos empresários (5,2%), profissionais liberais (2,6%), trabalhadores autônomos (2,6%), pequenos comerciantes (2,6%) e agricultores (2,6%).

Observamos que 52,7% vivem com um rendimento familiar mensal de até 10 salários mínimos. Apenas 9,2% dos acadêmicos usufruem de um rendimento familiar mensal que varia entre 20 e 30 salários mínimos.

Consideramos, assim, que a renda familiar mensal de nossos alunos é relativamente baixa em comparação com a renda dos demais cursos da UCPEL. Basta observarmos a tabela 9.

5.2.) Bens materiais

No que diz respeito à aquisição de bens, 60,52% dos alunos de Serviço Social declararam que suas famílias possuem casa própria. 55,26% têm telefone de linha. 52,63% possuem carro. A família de 35,52% dos alunos pesquisados emprega algum tipo de trabalhador doméstico. 30,26% estão pagando um convênio médico particular.

Tab.8 - Distribuição dos alunos de Serviço Social e dos alunos dos demais cursos por renda própria

Aluno que possui renda própria	Serviço Social (%)	Outros cursos (%)
Possui	51,31	41,40
Não possui	48,69	57,30
Não responderam	-	1,30
Total	100	100

Nota: valores iguais não resultantes de arredondamento.

Tab.9 - Distribuição dos alunos de Serviço Social e dos alunos dos outros cursos da UCPEL por total de rendimento familiar mensal

Rendimento familiar mensal (SM)	Serviço Social (%)	Outros cursos (%)
Até 3 SM	15,80	7,71
De 3 a 5 SM	15,80	14,00
De 5 a 10 SM	21,10	20,64
De 10 a 15 SM	14,50	15,42
De 15 a 20 SM	9,20	8,19
De 20 a 30 SM	3,90	7,12
Mais de 30 SM	5,30	13,17
Não responderam	14,50	13,76
Total	100	100

6) Escolaridade e profissão dos pais ou responsáveis

6.1.) Escolaridade

Um número expressivo que representa 42,1% dos pais de alunos do Serviço Social, não chegou a completar o 1o. grau. E apenas 10,5 % dos pais têm curso superior completo. 2,6% fizeram algum tipo de pós-graduação a nível de especialização e nenhum dos pais tem mestrado ou doutorado.

Já não observamos a mesma realidade na herança cultural dos alunos dos outros cursos presentes na universidade. Nesta caso, predominam os pais com curso superior completo, apesar de observarmos quase a mesma porcentagem de pais com o 1o. grau incompleto. Mesmo assim, há uma forte distância com o Serviço Social: praticamente o dobro dos pais dos alunos de Serviço Social não têm 1o. grau completo. A tabela a seguir auxilia a visualização da realidade que se apresenta.

Tab.10 - Escolaridade dos pais dos alunos de Serviço Social em comparação com a escolaridade dos pais dos alunos dos outros cursos da UCPEL

Escolaridade dos pais	Serviço Social (%)	Outros cursos (%)
Não frequentou a escola	1,30	1,30
1o. grau incompleto	42,10	23,01
1o. grau completo	15,80	7,00
2o. grau incompleto	6,60	6,52
2o. grau completo	11,80	16,73
Superior incompleto	05,30	6,76
Superior completo	10,50	23,49
Especialização	2,60	7,83
Mestrado/Doutorado	-	4,74
Não responderam	4,00	2,61
Total	100	100

Nota: valores iguais não resultantes de arredondamento

6.2. Profissão

Predominam os funcionários públicos entre os pais ou responsáveis dos acadêmicos de Serviço Social da UCPEL (incluímos as forças armadas e a brigada militar).

Apenas 2,63% dos pais ou responsáveis dos estudantes são profissionais liberais.

Cabe ainda salientar que não observamos pais empresários que trabalham no setor industrial.

Tab.11 - Profissão dos pais ou responsáveis dos alunos de Serviço Social

Profissão	v. abs.	%
Funcionário público (munic., est., federal)	14	18,42
Trabalhador autônomo / setor serviços	13	17,10
Assalariado setor serviços	7	9,21
Outras	4	5,26
Agricultor ou pecuarista (minifundio)	4	5,26
Forças armadas ou brigada militar	4	5,26
Agricultor ou pecuarista (propriedade de mais de 30 ha)	4	5,26
Pequeno comércio / representante comercial	3	3,94
Profissional liberal	2	2,63
Micro-empresário setor serviços	2	2,63
Assalariado setor agrícola	2	2,63
Assalariado setor industrial	1	1,31
Empresário setor serviços	1	1,31
Não responderam/prejudicadas	15	19,73
Total	76	100

7. Dados sócio-culturais

7.1. Leituras dos alunos de Serviço Social

Os acadêmicos de Serviço Social revelam um alto índice de leitura. Cerca de 67% dos alunos lêem diariamente um periódico. Em contrapartida, mesmo representando uma minoria, 18,4% declaram não ler jornais nem revistas.

Grande parte dos acadêmicos de Serviço Social (44,74%) lê mais de 1 livro por ano. Ainda temos expressivos 32,89% que lêem mais de 4 livros em um ano. E existem preocupantes 13,16% que declaram não ler nenhum livro.

Os 68,3% que lêem, efetuam leituras direcionadas no que se refere ao material didático encaminhado em sala de aula. Mesmo assim, o gosto da leitura foge das temáticas de faculdade quando nos deparamos com cerca de 70% dos alunos que procuram romances, biografias, etc.

Tab.12 - Frequência de leitura de periódicos entre os alunos de Serviço Social da UCPEL

Frequência de leitura	Revistas políticas, econômicas e sociais (v.abs.)	%	Jornais diários (v.abs.)	%
Não lêem	6	7,89	8	10,53
Diariamente	6	7,89	45	59,21
Semanalmente	29	38,16	14	18,42
Quinzenalmente	11	14,47	1	1,32
Mensalmente	8	10,53	3	3,95
Trimestralmente	5	6,58	-	-
Não responderam	11	14,47	5	6,58
Total	76	100	76	100

Nota: valores iguais não resultantes de arredondamento.

Tab.13 - Frequência de leitura de livros entre os acadêmicos de Serviço Social da UCPEL

Frequência	v.abs.	%
Menos de 1 livro por ano	10	13,16
De 1 a 3 livros por ano	34	44,74
De 4 a 7 livros por ano	16	21,05
De 7 a 12 livros por ano	9	11,84
Mais de 12 livros por ano	5	6,58
Não responderam	2	2,63
Total	76	100

Tab.14 - Tipo de livros lidos pelos alunos de Serviço Social da UCPEL

Tipo de livros	v.abs.	%
Textos de aula ou material didático	55	72,37
Técnicos, científicos, profissionais	36	47,37
Sobre a sociedade e cultura	26	34,21
Romance literário	24	31,58
Biografia	8	10,53
Não responderam	1	1,32

Nota: a soma atinge mais de 100% por tratar-se de questões de múltipla escolha.

7.2. Televisão

Se compararmos a T. V. e os livros, ousamos afirmar, com o auxílio dos dados, que os acadêmicos de Serviço Social estão mais voltados para os livros do que para a televisão. Esta afirmação tem uma certa lógica quando observamos o acúmulo de atividades de nossos alunos (trabalho) e a composição familiar (casamento e filhos) que os leva a priorizar, no tempo que sobra, leituras da faculdade ao invés dos programas televisivos.

Grande parte representada por 44,74%, não ultrapassa 3 horas de audiência televisiva por semana. 38,16% assistem entre 3 e 10 horas de T. V. por semana. Tímidos 13,15% dos alunos confessam-se fãs da “telinha”.

7.3. Lazer

As academias de ginástica são o lazer diário mais frequentado pelos estudantes de Serviço Social, mesmo sendo representados por uma minoria do total de alunos (apenas 4,56% dos pesquisados malham todos os dias). Por outro lado, a maioria (53,9%) não se dedica a algum esporte.

Bares noturnos e boates estão nas opções de preferência de lazer da população pesquisada.

Bailes de CTG (Centros de Tradições Gaúchas) e shows de música rock são lazeres menos frequentados.

Tab.15 - Tipos de lazer frequentados pelos alunos de Serviço Social da UCPEL

Tipo de lazer	Índice de frequência %
Bares noturnos	57,48
Boates	47,43
Academias de ginástica	20,33
Shows de música samba	15,23
Shows de rock	11,84
Bailes de CTG	9,98
Shows de MPB	9,21

Nota: a soma atinge mais de 100% por tratar-se de questões de múltipla escolha.

8. Participação política

8.1. Tipo de participação política

33,75% dos alunos de Serviço Social declararam não realizar nenhuma forma de participação política; 37,5% não responderam a esta pergunta.

Quanto àqueles que desenvolvem algum tipo de participação em movimentos políticos, observamos que 13,75% são de natureza estudantil como em diretórios acadêmicos. Ainda encontramos 6,25% em Comunidades Eclesiais de Base (CEBS). 8,75% se espalham em outras formas de participação dentre as quais sindicatos, partidos políticos, associação de moradores, Conselho Municipal.

Comparando os acadêmicos de Serviço Social com os demais cursos da universidade, dentro da fraca participação política do Serviço Social, a situação não melhora nos outros cursos: quase a metade (49,7%) dos estudantes dos outros cursos declara não ter nenhuma forma de participação política. 37,49% não responderam a esta pergunta. E é também nos diretórios acadêmicos que observamos a maior incidência de engajamento político dos alunos: 5,10% do total.

8.2. Conduta em eleições políticas

Os alunos de Serviço Social e os estudantes dos outros cursos da UCPEL dão preferência ao **candidato** no momento de conferir o voto em uma eleição política. (Verificar tabela nº 17).

Cerca de 60% dos acadêmicos de Serviço Social atribuem como sendo “muito importante” os seguintes elementos no momento de escolher um candidato: a idoneidade moral (63,2%), o percurso político (61,8%) e o programa do partido (61,8%).

No ítem “nenhuma importância”, aparece em primeiro lugar, com 35,5%, as indicações de amigos ou familiares no momento de escolher o voto em uma eleição.

No que se refere às **preferências partidárias**, observamos que 55,26% dos alunos de Serviço Social optam pelo Partido dos Trabalhadores. É curioso observar que o mesmo partido também ocupa o primeiro lugar nas rejeições, só que em menor proporção: 7,89%.

É importante destacar que este último item não foi respondido por 65,79% dos pesquisados, talvez pelo fato da questão se situar no verso do questionário e não ter sido avistada pelos pesquisados.

As preferências partidárias dos demais alunos da UCPEL também ficam com o Partido dos Trabalhadores (22,78%), apesar de 62,51% não terem respondido a esta questão. E, assim como no Serviço Social, os alunos dos demais cursos apontam como nível de rejeição mais alto o Partido dos Trabalhadores (16,01%), apesar de 60,62% do total de respostas estarem em branco. O PDT tem mais aceitação no Serviço Social do que nos outros cursos da UCPEL. Em contrapartida, os acadêmicos das demais escolas de graduação da universidade têm alguma simpatia pelo PMDB e pelo PFL, enquanto que os futuros assistentes sociais não demonstram boa aceitação em relação a essas legendas partidárias.

Ainda assim, percebemos que o conjunto dos alunos de graduação da UCPEL formam mais preferências do que rejeições partidárias.

Tab.16 - Tipo de participação política dos alunos de Serviço Social

Tipo de participação política	v.abs.	%
Não responderam	30	39,47
Nenhuma forma de participação	27	35,53
DCE, D.A. (participação estudantil)	11	14,47
CEBS (Comunidade Eclesial de Base)	5	6,58
Sindicato	3	3,95
Associação de moradores	1	1,32
Partido político	1	1,32
Conselho municipal	1	1,32
Outras	1	1,32

Nota: a soma atinge mais de 100% por tratar-se de questões de múltipla escolha.

Tab. 17 - Preferências dos alunos da UCPEL em eleições políticas

Preferência	Alunos de Serviço Social (%)	Outros alunos da UCPEL (%)
Atribuem mais preferência ao candidato	57,89	79,36
Atribuem mais preferência ao partido	35,53	16,84
Não responderam	6,58	3,8
Total	100	100

Tab.18 - Preferências e rejeições partidárias dos alunos de Serviço Social da UCPEL

Partido político	Preferência		Rejeição	
	(v.abs.)	%	(v.abs.)	%
PT	42	55,26	6	7,89
PDT	8	10,52	2	2,63
PPB	1	1,32	3	3,94
PSDB	1	1,32	3	3,94
PMDB	1	1,32	5	6,57
PC do B	-	-	1	1,32
PFL	-	-	2	2,63
Outros	-	-	1	1,32
Não responderam	23	30,26	53	69,73
Total	76	100	76	100

Nota: valores iguais não resultantes de arredondamento.

9. Dados sobre a universidade

9.1. Motivo da escolha da UCPEL

53,95% do total de pesquisados apontam que somente a UCPEL oferece o curso de Serviço Social em Pelotas e região, sendo que estes também não queriam sair da cidade para fazer faculdade.

18,42% alegam que, pelo fato de não terem passado no vestibular da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), onde há ensino gratuito, acabaram optando pela UCPEL que fica na mesma cidade.

21,06% alegam outros motivos como, por exemplo, o fato de não ter passado na universidade da região onde morava (3,95%), o horário do curso é adequado porque trabalha (2,63%), o curso pretendido não existe na cidade de origem (1,32%), devido à boa qualidade do curso (1,32%).

É interessante observar que nenhum estudante apontou como motivo principal da escolha da UCPEL a qualidade da universidade e o fato de ter passado na primeira tentativa de vestibular.

9.2. Motivo da escolha pelo curso de Serviço Social

Mais da metade dos alunos, representados por 53,95% da população pesquisada, apontam como primeiro motivo de escolha pelo trabalho de assistente social o interesse e gosto pela futura profissão de assistente social.

25% confessam que estão cursando Serviço Social porque não passaram na primeira opção de curso no vestibular da UCPEL. Na verdade, ao realizar o vestibular, eles almejavam outra profissão.

3,95% pensam que o Serviço Social poderá ajudá-los a progredir na área em que trabalham.

2,63% fazem Serviço Social por indicação familiar.

Outros 2,63% estão no curso porque demonstram gosto pelas disciplinas do currículo de Serviço Social.

Observa-se que nenhum pesquisado apontou como resposta, dentre as alternativas, à motivação da escolha do curso de Serviço Social o status da profissão e a busca de uma melhor posição econômica que a profissão possa vir a assegurar.

9.3. Nível de satisfação dos alunos de Serviço Social em relação à UCPEL

O nível de satisfação é maior que o nível de insatisfação em meio aos estudantes de Serviço Social da UCPEL. Expressivos 85,52% consideram-se satisfeitos com o conteúdo das disciplinas do curso. 81,51% dos alunos apresentam juízos positivos perante o corpo docente presente na Escola. O Setor de Diretório e Registros Acadêmicos recebe destaque de também 81,51% dos acadêmicos. 71% sentem-se satisfeitos com o turno noturno do curso. Este dado torna-se lógico ao relembrarmos a predominância dos alunos trabalhadores.

Ainda que em número menor, também houve alunos que emitiram juízos negativos a respeito da universidade que frequentam.

Os pesquisados estão insatisfeitos principalmente com os seguintes fatores (por ordem de importância): 57,89% queixam-se do ambiente físico da UCPEL (condições de limpeza e iluminação das salas de aula, poluição sonora provinda da rua). 38,15% gostariam de revisar os canais de comunicação estabelecidos na universidade. A mesma porcentagem

emite juízos negativos a respeito do setor financeiro.

Tab.19 - Nível de satisfação dos alunos de Serviço Social em relação à UCPEL

Elementos presentes na UCPEL	Satisfeitos (v. abs.)	Insatisfeitos (v.abs.)	Não responderam (v.abs.)	Total (v. abs.)
Conteúdo das disciplinas	65	8	3	76
Corpo docente	62	9	5	76
S.D.R.A.	62	11	3	76
Turno dos cursos	54	20	2	76
Biblioteca	44	23	9	76
Cursos de extensão	43	8	25	76
Canais de comunicação	41	29	6	76
Setor financeiro	40	29	7	76
Ambiente físico	31	44	1	76

10. Dados sobre a escola de serviço social da UCPEL

Antes de abordarmos os resultados trazidos pelos estudantes a respeito da Escola de Serviço Social que frequentam, é mister esclarecer que neste tópico será priorizado o tratamento qualitativo dos dados, tendo em vista o reduzido número de pesquisados que responderam às questões formuladas especificamente para os discentes do Serviço Social. Ao contrário dos itens anteriores, o presente traz, em sua grande maioria, questões abertas (rever anexo 3).

Tendo em vista que a maioria da população pesquisada atingiu alunos dos semestres iniciais, estes não sentiram-se aptos a sugerir mudanças na estrutura da Escola. Por isso, enfatizamos que os dados aqui observados são depoimentos de alunos que, dentro da população pesquisada, se propuseram a abordar os aspectos a seguir.

10.1. Nível de informação em relação à estrutura da Escola de Serviço Social

68% dos acadêmicos de Serviço Social declaram conhecer a estrutura da Escola que frequentam. Destes, grande parte responde que o engajamento em atividades extra-classes possibilitou tal oportunidade: 52% tiveram a ocasião de se inteirarem da estrutura do curso através da participação em projetos de pesquisa; 32% frequentando encontros, fóruns e seminários promovidos pela Escola de Serviço Social; 24% participando de atividades de extensão. Cerca de 12% acrescentam que conversas informais com colegas, professores e direção também ajudam a obter esta informação.

Nota-se, portanto, uma forte preocupação da Escola de Serviço Social em situar o aluno na estrutura do curso que realiza.

10.2. As atividades extra-classe

Conhecer o espaço que o cerca, as possibilidades que são oferecidas à sua formação, assim como o papel do Serviço Social no interior de uma universidade são o ponto de partida para o educando encontrar-se como pessoa em suas aspirações e possibilidades de intervenção profissional.

Esta afirmação revela-se ao constatarmos que 43% do alunado está inserido em atividades extra-classe. Interpreta-se este dado como um índice alto considerando que 51,31% da população pesquisada são “alunos trabalhadores”.

33% dos alunos declaram que a atividade que eles vêm desenvolvendo além da sala de aula tem contribuído para o conhecimento da realidade em relação à prática profissional; 24% dizem que as atividades extra-classe têm contribuído na formação ético-profissional; 22,7% dos alunos declaram que fazer parte de um projeto extra-classe tem contribuído para o engajamento em outras atividades; 21,3% afirmam que tais empreendimentos são de enorme contribuição no aprimoramento do conhecimento teórico.

10.3. Sugestões para melhorar o curso

10.3.1. Pontos prioritários

Os campos de estágio são, na forte opinião dos pesquisados (44%), o primeiro ponto que deve ser repensado. 24% das opiniões pensam que as disciplinas devem ser melhoradas e 22,7% declaram que as atividades de extensão também poderiam ser revisadas. Mas, segundo os alunos, essas duas últimas variáveis formam uma preocupação menos alarmante que os estágios.

10.3.2. Os estágios

31,58% dos pesquisados elaboram as seguintes declarações a respeito dos estágios, por ordem de importância:

1o) Os campos de aprendizagem da prática profissional deveriam ser ampliados, isto é, diversificados.

2o) Aparecem, como segundo item e com a mesma ordem de importância, as seguintes reivindicações: mais presença da Escola de Serviço Social no campo de estágio a fim de avaliar o campo e o supervisor que lá se faz presente; prever medidas alternativas de estágio para o aluno trabalhador, ou seja, como estagiar, trabalhar e estudar sem prejudicar a formação teórico-prática e sem se “eternizar” na faculdade?

3o) Surgem em 3o. lugar, três sugestões que ganham o mesmo peso na opinião dos alunos em relação aos estágios: os acadêmicos reivindicam mais carga horária de estágio no currículo de Serviço Social; os pesquisados pensam que a Escola deveria despertar maior interesse dos alunos para o campo de estágio em comunidade; e também, deveria haver mais integração entre os campos de estágio.

Dos 31,58% que elaboraram declarações a respeito dos estágios, 10,8% afirmam que sentem-se muito satisfeitos com os mesmos.

10.3.3. As disciplinas

73,68% dos pesquisados se pronunciaram a respeito das disciplinas presentes no currículo da Escola de Serviço Social da UCPEL.

Os acadêmicos desenvolveram uma série de sugestões que serão expostas por ordem de importância:

1o) As disciplinas deveriam direcionar mais os seus conteúdos para a área de Serviço Social.

2o) Os alunos reivindicam maior carga horária para disciplinas como Direito, Psicologia e Filosofia.

A princípio estas duas primeiras sugestões parecem contraditórias mas não o são. O Direito, a Psicologia e a Filosofia são disciplinas que subsidiam a atuação do Serviço Social e que possibilitam uma visualização da prática do Serviço Social. Daí porque a existência dessas reivindicações.

3o) Surge em terceiro lugar uma forte queixa sobre a maneira como os conteúdos são transmitidos (pouco atrativos) e cobrados (complexos), por isso, os acadêmicos solicitam uma revisão das práticas pedagógicas.

4o) Antecipar disciplinas como Ética Profissional, a ser ministrada antes do estágio.

5o) Há uma parcela de alunos (cerca de 10%) que se queixam da complexidade e da abundância de conteúdos nas disciplinas.

6o) Aparece, ainda que em sexto lugar, uma reivindicação acerca do grande número de alunos por turma nas disciplinas básicas como Política e Sociologia. São disciplinas presentes em outros cursos por isso há formação de turmas grandes (a ponto de ter mais de 80 alunos em uma turma) e mistas (Serviço Social, Comunicação Social e Psicologia).

10.3.4. Atividades de extensão

25% dos acadêmicos esboçaram sugestões a respeito das atividades de extensão.

É interessante observar que nenhum aluno pesquisado declarou não achar importante ou não gostar deste tipo de atividade. Houve, isto sim, uma ampla parcela que declarou desconhecer e jamais ter participado de algum projeto a nível de extensão. Esta parcela é maior do que

aqueles que declaram já ter participado de atividades de extensão.

Os que declaram ter conhecimento deste espaço existente na Escola emitem opiniões positivas acerca das atividades de extensão e sugerem uma maior frequência de suas realizações, visto que elas propiciam ao aluno a obtenção de uma ampla visão do curso de Serviço Social, uma maior integração no interior da Escola e na própria universidade.

10.4. Formas de avaliação

Pensou-se ser pertinente ouvir sugestões dos alunos sobre o sistema de avaliação, enquanto processo qualitativo, que deveria existir em meio a eles mesmos, em meio aos professores e à direção.

10.4.1. Formas de avaliação dos alunos

Como os alunos pensam que deveriam ser avaliados? 47,36% dos pesquisados preocuparam-se em emitir sugestões.

Dentre aqueles que responderam, 25% dos acadêmicos revelaram-se muito satisfeitos em relação ao sistema de avaliação previsto para os alunos e vigente na Escola de Serviço Social.

Vejam os dispositivos que devem ser priorizados, na opinião dos alunos, em relação a seu processo de avaliação:

1º) Ocupam o primeiro lugar e com a mesma ordem de importância os trabalhos de grupo e os trabalhos práticos.

2º) Em 2º. lugar devem ser considerados elementos subjetivos como a participação, o esforço e o interesse do aluno diante de sua formação profissional.

3º) Frequência e responsabilidade.

4º) As provas ainda são consideradas boas formas de avaliação.

5º) Seminários. Interessante observar que um menor número de alunos dá mais importância a seminários do que provas.

6º) Fichas de leitura e produção de textos.

A população pesquisada ainda sugere algumas atitudes no processo de avaliação dos alunos de Serviço Social:

- “ *Que a avaliação demonstre uma caminhada e não um momento*”.
- “ *Que a avaliação não esqueça os alunos que trabalham*”.
- “ *Diminuir o conteúdo das provas e realizar um maior número de provas*”.

As expressões acima foram descritas por mais de um aluno ao responderem a questão aberta sobre: “Formas de avaliação dos alunos”.

10.4.2. Formas de avaliação dos professores

Como os professores deveriam ser avaliados? 42,1% dos alunos pesquisados na Escola de Serviço Social responderam por ordem de importância:

1o) 21,87% dos que responderam a esta questão pensam que a avaliação dos docentes de Serviço Social deveria se dar de modo coletivo através de assembleias ou reuniões a serem realizadas entre alunos, professores e direção.

2o) 15,62% dos que se debruçaram sobre este item sugerem que a Escola deveria aplicar questionários em meio aos alunos para que estes pudessem avaliar seus professores.

3o) O terceiro lugar é compartilhado em dois aspectos. Um deles traz uma opinião dos alunos. Estes sugerem que responsabilidade, assiduidade, pontualidade, organização são elementos a serem considerados no momento de avaliar um professor.

O outro aspecto que surge também em terceira importância é o fato de muitos alunos declararem que não conhecem e nunca participaram de alguma forma de avaliação dos professores.

10.4.3. Formas de avaliação da Direção da Escola de Serviço Social da UCPEL

Como avaliar a direção da Escola de Serviço Social? Cerca de 46% dos alunos responderam a este item.

Mais uma vez coloca-se a opinião do alunado por ordem de

importância:

1º) O primeiro ponto a ser considerado na importância atribuída pelos acadêmicos é igualmente repartido em dois aspectos: 22,85% dos que responderam sugerem a realização de assembleias ou reuniões entre todos os membros da Escola, a fim de avaliarem a direção. Outros 22,85% dos pesquisados afirmam desconhecer qualquer forma de avaliação da direção.

2º) 11,42% dos alunos pensam que poderiam ser criados canais de participação e convívio entre alunos e direção, a fim de proceder a este tipo de exercício.

3º) 8,57% dos acadêmicos que emitiram resposta a esta questão sugerem a aplicação de um questionário em meio aos alunos para que estes possam avaliar a direção.

4º) 5,4% dos estudantes de Serviço Social que atribuíram alguma opinião em relação a formas de avaliar a direção sugerem que professores e alunos deveriam eleger a direção da Escola.

10.5. Parecer qualitativo referente aos dados sobre a Escola de Serviço Social

Diante dos dados expostos pela população acadêmica pesquisada percebemos, em relação à formação profissional, um perfil de aluno preocupado com seu processo de ensino-aprendizagem e, por isso, comprometido com a Escola de Serviço Social. Este compromisso se revela no alto índice de acadêmicos envolvidos em atividades extraclasses e no conhecimento que eles detêm acerca da estrutura do curso.

Interessante foi notar o grau de exigência que os alunos têm consigo mesmo. Ainda são conservadores no que se refere às formas de avaliação discente: trabalhos, provas, fichas de leitura devem ser mantidos. Seminários despontam timidamente como sugestão. Não foram citados a formação de equipes interdisciplinares, oficinas, produções teórico-práticas que reúnem ensino, pesquisa e extensão, intercâmbios inter-universitários e/ou internacionais, trabalhos de campo e auto-avaliações.

Por outro lado, quando os alunos são indagados a avaliar os professores e a direção, eles se mostram bem menos conservadores e, até mesmo, mais flexíveis, já que predominam entre as sugestões seminários

abertos a todos os membros da Escola e até mesmo eleições para a escolha da direção.

Mas o ponto central da discussão sobre o “perfil do assistente social aprendiz”, situa-se numa perspectiva que pode até ser concebida como uma demanda do meio acadêmico do Serviço Social. Trata-se de um dado que, de modo geral, foi explicitado nos 76 questionários respondidos: a PRÁTICA do Serviço Social. Os alunos requerem em sua formação profissional mais ênfase na operacionalização do Serviço Social. Esta reivindicação é trazida de várias formas:

- explicitamente, quando os alunos escrevem nos questionários e pedem mais prática em todos os níveis da Escola (estágio, disciplinas, extensão).

- Lembrando que as atividades extra-classes têm contribuído no conhecimento da realidade da prática profissional.

- Apontando os estágios como primeiro foco a ser melhorado no curso, sugerindo para isso a ampliação dos campos de estágio e maior participação da Escola nesta atividade.

- Sugerindo mais envolvimento das disciplinas com a realidade do Serviço Social, ou seja, situar na teoria onde se coloca o Serviço Social, como e por quê.

- Reivindicando maior frequência de atividades de extensão.

Coincidência ou não, estas expressões vão ao encontro do último documento da ABESS (novembro de 1996) onde ela afirma que o Serviço Social deve privilegiar o espaço da prática profissional em sua revisão curricular. Teremos assim dois movimentos convergentes? De um lado, futuros profissionais dispostos a porem seus discursos em ação e, de outro lado, uma conjuntura demandatória de ações imediatas. Aqui cabe aos interlocutores da formação profissional se alertarem diante dessas demandas no sentido de procurarem pôr em prática ações imediatas e não imediatistas. “*Não há que se entender a sociedade, há que se responder sobre questões concretas postas por elas*”.(JORGE, 1996: 64).

IV- DESAFIOS POSTOS DIANTE DOS DADOS OBTIDOS

Sendo o Serviço Social uma profissão essencialmente teórico-prática, é indispensável associar a prática cotidiana do acadêmico desta área à prática social que o aguarda. Ter consciência dessas duas realida-

des significa não confundí-las mas, sim, elaborar um saber profissional que tenha como ponto de partida o ser, o sentir, o pensar, o “saber-fazer” do educando. Desta forma a academia torna-se uma pista de decolagem que prepara futuros profissionais para assumirem posturas de um constante vir a ser. Dito de outra forma, buscam-se posturas que considerem o ser humano como *“uma unidade que só pode ser apreendida numa abordagem sintetizadora e nunca mediante uma acumulação de visões parciais. De nada adianta proceder por decomposição, análise e recomposição dos aspectos; esta soma não dará a totalidade humana”*. (SEVERINO, 1989: 17).

Tendo em vista a busca desta totalidade na construção da formação profissional do assistente social é que a Escola de Serviço Social, auxiliada pelos dados desta pesquisa, traz em seu projeto pedagógico algumas considerações, alternativas de “encontros” entre as particularidades de cada componente da formação profissional e a amplitude e diversidade do contexto sócio-econômico, político e cultural que se desenha e redesenha a cada instante diante de nossos olhares.

1. O desenho traçado a partir dos resultados

1.1. Formação familiar

O presente estudo mostra que o aluno da Escola de Serviço Social faz parte de uma composição familiar madura. Significa que nos deparamos com um perfil de aluno adulto (com mais de 25 anos de idade) que nem sempre mora com os pais ou responsáveis e, muitas vezes nem depende mais materialmente destes últimos; pelo contrário, é um aluno que, não raros os casos, tem dependentes sob sua responsabilidade, que compartilha um espaço de convivência e subsistência com um(a) companheiro(a), sendo casado ou não, e, que ainda por cima, passa pela experiência da educação dos filhos.

A procura pelo ensino superior passa muitas vezes a ser uma alternativa de complementação de subsistência dentro do espaço familiar pois, com um diploma, existe a possibilidade de obter melhores chances de “empregabilidade” em um mercado de trabalho cada vez mais competitivo.

Mesmo se o membro da família, no caso aqui presente, o aluno de

Serviço Social, opta em ausentar-se do espaço de convivência familiar por um determinado tempo a fim de buscar melhores condições de vida ou, até mesmo, a realização de um sonho, cabe à universidade incluir em seu planejamento esta realidade. Para tal é preciso ultrapassar a infraestrutura de creches e salas de recreio, que muitas vezes se limitam aos funcionários e professores, oferecendo também outras alternativas, aos alunos e suas famílias, inclusive, como serviços de atendimento psicológico, médico, odontológico, lúdicos, pedagógicos (aulas de reforço para crianças, planejamento familiar...), serviços ligados aos cursos existentes na instituição universitária.

À Escola de Serviço Social cabe refletir esta questão em seu projeto pedagógico tendo em vista que o perfil do aluno com composição familiar madura supera as estatísticas dos demais cursos da UCPEL. Trata-se, portanto, de uma predominância no Serviço Social. Esta característica pode ser percebida como um obstáculo no sentido do rendimento da produção e da maior participação do aluno no decorrer de sua formação seja por questões financeiras ou operacionais. Muitas vezes, esses estudantes vêm-se às voltas de um verdadeiro malabarismo para conciliar horários de colégio dos filhos com trabalho e faculdade, problemas de doença, (des)acertos com babás, tensões familiares que se refletem na sala de aula e no estágio, quando ocorre o processo de transferência e contra-transferência.

Estabelecer um intercâmbio com a família de nosso alunado é uma forma de ocasionar uma maior inter-relação entre as variáveis “intra” e “extra” muros universitários, rompendo a dicotomia mundo acadêmico versus mundo exterior, a priori, dois mundos distantes convivendo em um mesmo tempo e espaço. Seria uma forma de propiciar o “encontro” tão almejado através do alcance da totalidade proposta por Severino.

Tal alternativa nos leva a crer que é “*mister dominar a necessidade educativa da população (...) pela pesquisa em torno dos alunos, sua origem, família, situação sócio-econômica e cultural (...) descobrindo demandas insatisfeitas, inatendidas ou frustradas [que nos levam a] solicitar da universidade dedicação explícita e estratégias de socialização do saber, de interesse público, para com isso mostrar seu teor de utilidade (...) e aprimorar o sentido prático do conhecimento teórico*”. (DEMO, 1996: 247 e 197).

Trata-se de levar a universidade, com seu caráter universal que deve assumir, a colaborar na solução de problemas locais que afligem a

população.

1.2. Herança cultural

Um outro dado a ser levado em conta na formação de nossos futuros assistentes sociais é a sua precária herança cultural. Cultura aqui entendida enquanto forma de ser, agir e pensar a partir da aquisição de conhecimentos formais*.

Essa precariedade na bagagem cultural dos alunos tem duas origens: a escolaridade dos pais, que de modo expressivo, apresenta uma educação básica incompleta; o percurso escolar dos próprios alunos que, também de modo expressivo, encerra-se através de oficializados cursos relâmpagos que aglutinam várias séries em um curto período de tempo. É sabido que esse tipo de percurso queima etapas importantes no sentido de preparar o aluno a adotar uma capacidade crítica e interpretativa da realidade.

Deparamo-nos assim com futuros profissionais sentados em bancos universitários esboçando uma série de limites que vão desde a capacidade de expressão oral e escrita até a capacidade de (re)construção do conhecimento.

Nossos alunos chegam “condicionados” a imitar, a reproduzir. Daí porque o projeto pedagógico não pode limitar-se a instruir o aluno na área de Serviço Social. É indispensável prever medidas que possibilitem ao acadêmico a descobrir e a construir seu potencial de “*sujeito histórico capaz de desenhar o roteiro de seu destino e de nele participar ativamente*” enquanto cidadão consciente, portador de direitos e deveres. E essa tarefa, a essa altura do campeonato, torna-se árdua considerando a precariedade histórica da educação básica pois, “*mais importante que a especialização é a formação básica, definida como o patrimônio crítico e criativo substancial, capaz de estabelecer como regra de formação o ‘aprender a aprender’ e a constante habilidade de se reciclar*”. (DEMO, 1996: 25).

Disciplinas de epistemologia e metodologia científica, seminários abertos, práticas supervisionadas de observação e de intervenção na

* Sabe-se que o conceito de “cultura” é mais amplo, não se limitando ao sinônimo de “conhecimento erudito”. Mas, no momento, é este que interessa para a presente situação.

realidade, desde os primeiros tempos no curso seriam alternativas, talvez não a solução. Esta, por sua vez, deve tocar bem mais fundo no sentido de engajar a universidade nas políticas educacionais básicas.

1.3. Aluno trabalhador

Fica evidente nesta pesquisa a importância do curso situar-se à noite visto que boa parte do contingente de alunos que frequenta a Escola de Serviço Social trabalha durante o dia. Esse fenômeno, também percebido em uma pesquisa semelhante na UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), traz algumas características que, muitas vezes, são percebidas como obstáculos que devem ser superados (CADERNOS da Faculdade de Serviço Social da UERJ (8), out. 1996):

a) Alunos e docentes, após uma jornada de trabalho, vencidos pelo cansaço, expressam baixo rendimento durante as aulas.

b) A vida acadêmica do aluno torna-se mais limitada, restringindo, por força de seu trabalho, a sua inserção em atividades extra-classe como seminários, pesquisa, estágios, monitoria.

c) A própria participação na vida universitária acaba sendo inibida visto que os vários setores (departamento financeiro, departamento de registros, secretarias, espaços culturais) costumam funcionar em horário comercial.

d) A condução didática das disciplinas corre o risco de ignorar o perfil do alunado, não incluindo formas metodológicas mais criativas e racionais de trabalhar no espaço da sala de aula, o que se torna difícil fora daquele âmbito tendo em vista as jornadas de trabalho. Se não for levada em consideração essa realidade na prática didática, os docentes correm o risco de reproduzir a ideologia da elitização dos cursos superiores.

e) A proliferação de uma ideologia do aluno “pobre coitado” que acaba firmando um acordo tácito entre professores acerca da pouca cobrança que acaba desqualificando a formação profissional.

“Tornar-se-á cada vez mais difícil, senão impossível, bastar-se com a transmissão copiada do conhecimento, sob a alegação de trabalho à noite. De modo geral, o que se faz sob a rubrica de curso noturno não detém qualquer relevância e é sobretudo um desacato aos estudantes (sem falar no drama profissional dos professores) (...) A questão social aí implicada não encontra solução adequada na universidade, sendo um desacerto total rebaixar o nível para caber nas condições

sócio-econômicas dos estudantes”. (DEMO, 1996: 255).

Conforme Ney de Almeida (1996), ao invés de adotar tal postura, poder-se-ia pensar em formas de valorização da experiência do aluno no mundo do trabalho e tentar incorporá-lo ao processo educativo gestado, na sala de aula, nas supervisões de estágio e nas orientações de monografias.

1.4. Situação financeira

Atrelada à condição de aluno trabalhador, a precária situação financeira da população pesquisada só confirma a relação direta entre jornada de trabalho e curso noturno.

José Paulo Netto afirma que esse fenômeno é notado a nível nacional e exige uma “*acurada consideração [pois observa-se] uma perceptível mudança no perfil sócio-econômico da massa do alunado, cada vez mais recrutada em estratos médio-baixos e baixos das camadas urbanas*”. (NETTO, 1996: 110).

Como exigir material didático e trabalhos digitados diante de tal realidade? Como fomentar a instrumentalização do aluno no sentido de adquirir a sua própria biblioteca, computador, cursos de línguas estrangeiras? Como enfrentar a contradição que se coloca entre o recurso financeiro do aluno que se vê obrigado a recorrer à reprografia (xerox) e às exigências da ABDR (Associação Brasileira de Direitos Reprográficos) que coíbem a reprodução gráfica alegando os direitos autorais? Como tornar um livro mais barato que uma reprodução de xerox?

A difícil situação financeira não se reflete somente em relação ao material didático. Sérias questões como o cumprimento com mensalidades de uma universidade paga, retardam a formatura. Cabe salientar que todas as faculdades de Serviço Social no Rio Grande do Sul são privadas e, portanto, são pagas. Isto faz com que o educando prolongue o curso por bem mais de quatro anos, tempo regular previsto no currículo. A formação acaba, por vezes, “deformando-se”, pois torna-se fragmentada. Perde-se a visão de conjunto entre as disciplinas e a aprendizagem no campo de estágio, esvaziam-se as produções, fragilizam-se os intercâmbios, o atual torna-se desatualizado visto o espaçamento de tempo entre uma disciplina e outra.

O aluno originário de uma situação econômica extremamente frágil representa uma profunda mudança de perfil em relação às condições históricas de surgimento da profissão. É sabido que o Serviço Social nasceu em meio às classes abastadas. A categoria de assistentes sociais era representada, em seus primórdios, por moças de “boa família” que tinham “a vocação de servir e ajudar o próximo”.

1.5. Um curso de forte representação feminina

Cabe salientar aqui que o perfil feminino continua dominando a categoria. O Serviço Social ainda é uma profissão feminilizada. O avanço considerado atualmente é que ela não é unicamente feminina tendo em vista a presença masculina em meio a profissionais atuantes e ainda, com uma crescente, mesmo que tímida, procura de homens pelo curso. Os próprios dados da pesquisa trazem esta afirmação ao contarmos com uma população masculina de 12% de estudantes em relação ao total.

O fato da profissão ainda ser eminentemente feminina traz à tona uma séria discussão acerca da especificidade e da capacidade de emancipação do Serviço Social. Considerando que a mulher já carrega historicamente toda uma cultura de subalternidade, parece que o Serviço Social acabou se firmando enquanto uma profissão “atrelada” às demais no sentido de “auxiliar”, “complementar”, “*sempre a reboque girando em torno de grandes astros como o médico, o presidente de uma empresa, o Estado*”. (JUNCÁ, 1997: 46).

Esta característica histórica, mesmo se vem sendo superada, ainda que em meio a uma série de controvérsias e discussões acerca da “Identidade do Serviço Social”*, deixou uma polêmica herança no corpo teórico-metodológico do Serviço Social. A profissão tem uma configuração teórica indefinida valendo-se “*de conhecimentos produzidos pelas diversas ciências do campo humano-social*” como o empréstimo do modelo médico, psicanalítico, filosófico, sociológico, político... (JUNCÁ, 1997: 46). Esta herança da não especificidade teórica, do atrelamento a

* Conferir artigo de Denise Juncá “*Assistidos e assistentes: o feitiço da identidade atribuída*”, citado na bibliografia.

outras disciplinas e da subalternidade, se faz sentir no momento da formação profissional quando os acadêmicos reivindicam uma relação mais direta entre o Serviço Social e as disciplinas estudadas. Quando abordamos a questão da especificidade, isto não significa que devemos concentrar nossas energias ao isolamento do Serviço Social. “*O Serviço Social não pode se assumir como uma prática solitária*”. (MARTINELLI, 1994: 72). Significaria recuar diante de um avanço construído pela categoria e reconhecido pela ABESS. O avanço a que nos referimos aborda duas variáveis fundamentais presentes no “saber-fazer” da profissão: a pluralidade e a universalidade, reconhecidas nos princípios de formação profissional traçados no documento da ABESS em novembro de 1996:

“São princípios que fundamentam o currículo: (...) Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade”. (ABESS, nov. 1996: 9).

Diante de tais constatações, propõe-se que o Serviço Social adote uma dupla direção: ao invés de se limitar à busca de subsídios em outras áreas, que ele passe também a contribuir com a totalidade e a universalidade da realidade a partir de suas particularidades (intervenção no cotidiano). Particularidades hoje que têm uma identidade multifacetária provindas de diversas áreas (saúde, educação, habitação, previdência, segurança...), mas que terminam por assumir a sua própria especificidade: a intervenção em meio à heterogeneidade das relações sociais.

Dessa forma, atrevemo-nos a afirmar que o caráter feminino subalterno da profissão vem se modificando. O subalterno se quer em processo de emancipação. Se antes a profissão se “atrelava”, “emprestava” outros saberes, hoje ela aplica esses saberes a favor de sua emancipação no sentido de ser uma peculiaridade da profissão a própria presença da **universalidade dos saberes** e da **totalidade da realidade**. Sem estes pressupostos, o Serviço Social não intervém e deixa de ser.

2. As demandas esboçadas a partir dos resultados

2.1. A relação entre a teoria e a prática

É possível que o cotidiano de luta enfrentado pelo aluno de Serviço Social, onde ele é constantemente chamado a fornecer respostas rápidas, eficazes e operativas, tenha lhe auxiliado a visualizar uma questão emergencial em meio à profissão: a dicotomia entre a teoria e a prática. Esse problema já é percebido no período da formação profissional. Por isso, surge uma demanda em articular, operacionalizar, viabilizar uma interlocução entre estes dois pólos. Postamo-nos diante de dois elementos que são, muitas vezes, tratados como opostos e não complementares. Na verdade, teoria e prática deveriam ser partes de um mesmo processo.

“Ao mesmo tempo em que a prática é pressuposto básico ou fundamento da teoria, ela não pode ser entendida separadamente da teoria”. (PEREIRA, 1992: 74).

Segundo Vazquez, a teoria em si não transforma o mundo e a prática isolada é utilitarista. A teoria divorciada da prática cai no vício idealista, não passa de abstração e contemplação podendo incorrer no perigo de esboçar uma realidade absolutizada e, portanto, deformada, detendo-se apenas nas aparências, não indo à essência da mesma.

Quando colocamos acento exagerado na prática defrontamo-nos com ações imediatistas, superficiais. Neste caso, o assistente social desenvolve *“um mero conjunto de ações intermitentes, burocratizadas, dispersas, descontínuas, dotadas de um pseudocaráter filantrópico, marcadas pelo fornecimento dos chamados benefícios sociais, podendo ser realizadas por qualquer pessoa, independente de sua qualificação técnica e intelectual”*. (IAMAMOTO, 1992: 121).

A especificidade do profissional do Serviço Social está na relação teórico-prática, o que atribui um caráter científico à sua intervenção, caráter este que é denominado por muitos autores como sendo a “práxis”.

“O que é a práxis? Não sendo prática pura é a prática objetivada (individual e socialmente) pela teoria. É a prática aprofundada por esta “meditação” ou reflexão que não deve ser solta, mesmo na consciência da relativa autonomia da teoria, na capacidade do ato teórico em antecipar idealmente a prática como objeto da mesma. A práxis, enfim,

é a ação com sentido humano. É a ação projetada, refletida, consciente, transformadora do natural, do humano e do social". (PEREIRA, 1992: 77).

Entretanto, o Serviço Social ainda não alcançou o ápice desta proposta esboçada por Otaviano Pereira. A unidade teoria e prática ainda é um desafio a ser alcançado e que vem se colocando como um verdadeiro dilema para o Serviço Social.

A professora e assistente social Hebe Martins Gonçalves Pereira em entrevista concedida aos Cadernos de Serviço Social da UFPE, afirma: "*num determinado momento, o Serviço Social deu importância à capacitação profissional (...) Em outro momento, deu-se muito mais importância à formação política do profissional - à ideologia do Serviço Social. Então o profissional se "desinstrumentalizou" bastante. O profissional precisa saber realizar uma reunião com o grupo. O profissional deve saber fazer uma entrevista. O profissional deve saber redigir relatórios com propriedade, acerto e linguagem técnica. Mas se pudéssemos, hoje, somar a capacitação técnico-profissional do assistente social competente no uso de seus instrumentos de trabalho, à formação política, numa linha ideológica coerente com as propostas de uma sociedade democrática aberta à participação, parece-me que, então, seria ideal*". (PEREIRA, 1995: 24-25).

Percebendo este dilema, os próprios alunos de graduação dos cursos de Serviço Social têm reivindicado em sua formação acadêmica um fortalecimento do elo necessário entre teoria e prática. Foi um dado surpreendente que surgiu na pesquisa. Os mesmos expressavam nos questionários: "*seria bom que houvesse mais PRÁTICA*", "*as disciplinas poderiam ter uma relação mais próxima com a profissão do Serviço Social*".

A ABESS reconhece esta questão como sendo um dos principais dilemas da profissão. E o avanço aqui observado através da pesquisa é que os alunos, dentro da formação já recebida, são capazes de perceber a dificuldade salientada. Isto, sem dúvida, facilita empreender a construção de espaços que possibilitem romper a distância entre teoria e prática.

2.2. A pesquisa: proposta prioritária para a universidade atual

Conforme Pedro Demo, um projeto pedagógico que se propõe a enfrentar o desafio de investimento na práxis, deve redimensionar o próprio conceito de universidade. Esta deixa de ser uma instituição de mero ensino. Não basta o repasse de conhecimentos sedimentados na teoria, pois isto não garante o saber pensar, o saber produzir. Por isso, a PESQUISA se coloca enquanto processo fundamental na construção de espaços que garantem a superação da dicotomia entre teoria e prática. A pesquisa propicia a formação de um profissional que não se limita a ser mero técnico, ou a ter, somente, o domínio de teorias, a apreensão de lógicas e sistemas. A pesquisa “*significa diálogo crítico e criativo com a realidade, culminando na elaboração própria e na capacidade de intervenção. Em tese, pesquisa é a atitude do aprender a aprender (...) Aprender a aprender não indica propriamente um estoque acumulado de conhecimento, mas uma estratégia de manejar e produzir conhecimento em constante renovação*”. (DEMO, 1996: 128 e 214).

Superada a formação “auleira”, entende-se a pesquisa enquanto processo de criação do novo e não somente enquanto momento de descoberta do que já existe.

O cenário de contrastes com o qual nos deparamos e o qual acolhemos através da realidade dos alunos, terá uma primeira tentativa de enfrentamento, primeiro **ponto de encontro**, se for dada prioridade à **pesquisa** no espaço universitário.

“*Um profissional formado na universidade deve saber criar soluções novas para problemas novos, não apenas executar tarefas*”. (DEMO, 1996: 143).

2.3. Sugestão para um próximo passo a ser dado

A pesquisa vem a ser o ponto de intersecção entre realidade contextual, universidade e mudança social. Ela é o motor deste movimento dialético. Mas ainda devemos mencionar um pré-requisito básico que seria o combustível essencial deste motor: a permanente apreensão da realidade dos alunos acolhidos na universidade e o constante domínio de conhecimento acerca do mutante mercado de trabalho.

“Vejam como o social é necessário em uma sociedade que fala em qualidade, em competitividade em termos de organização do processo de trabalho. Certamente nenhuma empresa obterá qualidade, se não investir na qualidade de vida de seus trabalhadores. Não há empresa competitiva onde não há trabalhador competitivo. É indispensável, portanto, que nossos cursos estejam atentos a esta nova realidade, de forma tal que as buscas realizadas, seja em termos de propostas curriculares ou de projetos de formação profissional, transcendam os muros da universidade. Uma proposta curricular consistente não pode ser pensada a partir desse contexto. O horizonte é muito mais longe, mais amplo, mais denso; é no plano macrossocial que ele deve ser buscado, aí é que pulsa o movimento do real mais intensamente.”(MARTINELLI, 1994: 66).

Seguindo essa ótica, o estudo aqui realizado desencadeia uma nova indagação: já que temos em mãos o perfil de nosso alunado, o que facilita a construção das estratégias pedagógicas, temos que nos perguntar a seguir: qual é o novo profissional buscado pelo mundo do trabalho? Que assistente social é esperado?

A universidade está se revendo no sentido de adequar seus processos pedagógicos ao novo perfil acadêmico. Só que esta caminhada não pode realizar-se em “mão única”. A universidade precisa se revisar no sentido de interagir com a comunidade a fim de apreender de que maneira o profissional que sai da academia pode responder às demandas de modo eficiente e eficaz. O que a universidade espera de seus profissionais? Que expectativas a comunidade deposita em torno desses mesmos profissionais, “frutos de uma formação universitária”? A resposta a essas duas perguntas convergem, ou nos postamos diante de um novo dilema? Fica aqui a sugestão de uma nova pesquisa a fim de averiguar essas dúvidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Projetar o futuro considerando as condições objetivas e subjetivas que constroem a consciência dos indivíduos: eis a missão da universidade do final do milênio.

O Serviço Social inserido no processo conjuntural, enquanto meio que pode vir a contribuir na redução da exclusão social, deve conhecer a realidade cotidiana de seus profissionais desde o período de formação previsto para a categoria.

Com este objetivo, o presente trabalho centrou-se no exame dos sujeitos que ainda não entraram no cenário da profissão, mas que se preparam para tal empreitada. Todos os esforços deste estudo concentraram-se em torno dos “aprendizes” de Serviço Social, ou seja, os acadêmicos de graduação que chegam ao curso por escolha ou porque não tiveram outra alternativa; seja porque não conseguiram vaga em um curso mais concorrido; seja porque não tentaram vaga em outra área devido ao horário incompatível com o do trabalho. De qualquer maneira, esses sujeitos vão se tornando “aprendizes” na medida em que manifestam interesse em permanecer no curso e identificam-se com seus princípios. Os estudantes de Serviço Social se dispõem a atuar numa realidade extremamente contrastante, descrita no primeiro capítulo. Para tal, nossos “aprendizes”, já bem crescidos, se condicionam a voltar a estudar, só que desta vez nos bancos universitários. Sendo assim, eles se vêem obrigados a modificar o orçamento familiar que já é precário, a mudar o ritmo de vida que já é veloz e carregado por exigências familiares (casamento e filhos) e por uma jornada de trabalho, geralmente no setor de serviços. Isto faz com que os futuros profissionais, apesar de se proporem, nem sempre conseguem priorizar o lazer. Por outro lado, eles têm consciência clara dos limites e das possibilidades que enfrentam em sua formação profissional. Ao mesmo tempo que valorizam as atividades extra-classe, reivindicam uma maior unidade entre teoria e prática. Temos aqui um perfil predominante. Não devemos generalizá-lo, pois as exceções também estão presentes. Entretanto, é importante considerar a predominância enquanto tendência que se instala no curso de Serviço Social. Sem dúvida, esta tendência definirá a proposta pedagógica do curso e, por conseguinte, a identidade dos assistentes sociais desta nova era.

Em relação à proposta pedagógica, há uma forte necessidade de investir na **competência técnico-política** dos futuros profissionais. A formação técnica é demandada pelos próprios alunos quando eles solicitam uma maior instrumentalização, “mais prática”. Já o domínio político das relações é requisitado pelo próprio contexto contraditório, posto como desafio em qualquer situação de intervenção profissional. E

aqui, sentimos uma forte distância desta exigência com a situação vivida pelos acadêmicos. Vimos que cerca de 30% da população pesquisada afirma não se inserir em alguma forma de participação política e quase 40% dos estudantes nem sequer se debruçaram sobre essa questão. A Escola de Serviço Social depara-se com provocantes 70% de seus alunos que não priorizam uma formação política. Grande parte dos tímidos 30% restantes se concentram no diretório acadêmico do curso cujas ações não são conhecidas há pelo menos um ano.

A formação do profissional assistente social deve ser capaz “*de responder a um duplo e indissociável desafio: decifrar a dinâmica da sociedade e do Estado e suas determinações no âmbito profissional; ao mesmo tempo, fazer uso do acervo de conhecimentos para iluminar possibilidades reais de ação profissional naquela realidade, respondendo às demandas imediatas feitas à profissão, recuando-se e ampliando o espaço ocupacional, de forma inventiva, crítica e eficaz.*

Responder a esses quesitos supõe uma consistente (...) competência técnico-política que contribua para a formulação de respostas precisas ao que fazer, como e por quê”. (IAMAMOTO, 1992: 197).

O Núcleo de Apoio ao Exercício da Cidadania da Escola de Serviço Social da UCPEL, recém fundado, coloca-se como estrutura existente que possa vir a viabilizar tal desafio.

No que tange à afirmação da identidade do Serviço Social, logo alertamos que não pretendemos com esta intenção homogeneizar, uniformizar os profissionais do social. Até porque a própria ABESS defende o exercício “*do pluralismo como elemento próprio da natureza da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas em luta pela direção social da formação profissional, que compõem a produção das ciências humanas e sociais”.* (ABESS, nov. 1996: 9).

Quando falamos em “identidade”, referimo-nos à importância de levantar, igualmente, o **perfil dos assistentes sociais** que atuam no campo da prática. Dito de outra forma: qual é a tendência de intervenção profissional que se faz presente nessa categoria? Que limites e que potenciais? O que deve ser agilizado para explicitar a especificidade da profissão? Que mecanismos devem ser desencadeados na promoção da profissão para que ela venha ocupar um espaço concreto e definitivo na elaboração e cumprimento das políticas sociais?

*“A pressão das demandas por práticas instrumentalistas colocadas pelo mercado, numa perspectiva neoliberal que se fundamenta na necessidade de “modernização” dos procedimentos e das atribuições do assistente social, tem acentuado algumas (in)decisões até então pouco explicitadas no processo de formação, tornando importante a discussão sobre a direção social dos cursos que formam assistentes sociais, no país. É exemplar dessa situação, no momento atual, o surgimento de propostas educacionais de formação profissional subordinadas às demandas específicas definidas no mercado. Tais propostas têm se assentado na revitalização da discussão do **perfil** profissional.*

*Como o **perfil** do profissional da Assistência Social sempre foi uma questão mal resolvida no processo de formação (...) algumas correntes de pensamento valem-se, novamente, dessa (in)decisão, para ampliar o campo de seus questionamentos, em proveito da perspectiva de mercado”. (LOPES, 1997: 64-65).*

Ao finalizar as considerações deste trabalho, que foi escolhido para ser o resultado da Atividade Programada do Mestrado em Desenvolvimento Social promovido pela Escola de Serviço Social, conclui-se que a pesquisa acerca do perfil do estudante de Serviço Social valeu-se como instrumento de suporte a uma análise muito mais ampla sobre a formação profissional do assistente social. Os dados obtidos nos questionários respondidos pelos alunos foram tão ricos que não mereciam limitar-se a uma mera descrição. As respostas foram merecedoras de uma leitura mais aprofundada que provocasse algumas revisões de conceitos (prática profissional, aprender a aprender, pesquisa, ensino, universidade, realidade atual, formação profissional...) e reações na categoria como um todo: alunos, professores, supervisores e profissionais. Daí porque, em seguida que foram divulgadas as tabelas esboçadas no ítem III, sentiu-se a necessidade de realizar, em agosto de 1997, um seminário intitulado *“Teorizando a prática profissional do assistente social: caminhos adotados e caminhos projetados”*.

A partir dos resultados apresentados aqui e a partir das discussões desencadeadas no seminário realizado em 1997, percebeu-se que o caminho adotado até o presente momento, em meio ao exercício de revisão da formação profissional e em meio à busca de uma promoção da profissão, é que todos nós assistentes sociais, futuros ou formados, somos “aprendizes” de Serviço Social. Não se trata de dar meia volta e

retroceder. Trata-se, isto sim, de considerar nosso percurso histórico e reconhecer que devemos constantemente “aprender a aprender”. Somente assim contribuiremos para um avanço na postura das consciências que pretendem projetar caminhos para o Encontro.

BIBLIOGRAFIA

- ABESS/CEDEPSS. *Currículo mínimo para o curso de Serviço Social*. Rio de Janeiro, nov. 1996.
- ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Curso Noturno e trabalhador-aluno: uma primeira aproximação da situação na UERJ. In *Cadernos da Faculdade de Serviço Social da UERJ* (8). Rio de Janeiro: UERJ, out. 1996. p. 13-33.
- CRUZ, Antônio Carlos, DELLA VECHIA, Renato, Lombardini, Giórgio e BATISTA, Stéphanie Schaefer. *O perfil sócio-econômico e cultural dos estudantes de graduação da UCPEL*. Projeto de pesquisa. Pelotas: Escola de Serviço Social, mar. 1996.
- DEMO, Pedro. *Desafios Modernos da Educação*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
- FALEIROS, Vicente de Paula. Serviço Social: questões presentes para o futuro. In *Serviço Social e Sociedade* (50). São Paulo: Cortez, abr. 1996. p. 9-39.
- FIGUERÔA, Sônia Bezerra. O trabalhador-aluno do curso de Serviço Social da UERJ: uma primeira aproximação das suas principais dificuldades e motivações. In *Cadernos da Faculdade de Serviço Social da Uerj* (8). Rio de Janeiro: UERJ, out. 1996.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social. Ensaios críticos*. São Paulo: Cortez, 1992.
- JORGE, Maria Raquel e BAPTISTA, Myriam Veras. A Revista Serviço Social e Sociedade e os Caminhos da Profissão. In *Serviço Social e Sociedade* (50). São Paulo: Cortez, abr. 1996. p. 40-77.
- JUNCÁ, Denise C. de Moura. Assistidos e assistentes: o feitiço da identidade atribuída. In *Serviço Social e Sociedade* (54). São Paulo: Cortez, jul. 1997. p. 26-49.
- LOPES, José Rogério. Ética, mercado de trabalho e atuação profissional no campo da assistência social. In *Serviço Social e Sociedade* (54). São Paulo: Cortez, jul. 1997. p. 63-74.
- MARTINELLI, Maria Lúcia. O ensino teórico-prático do serviço social: demandas e alternativas. In *Serviço Social e Sociedade* (44). São Paulo: Cortez, abr. 1994. p. 61-76.

- MENEZES, Luís Carlos. Para a universidade brasileira transpor o século. In *Serviço Social e Sociedade* (51). São Paulo: Cortez, ago. 1996. p. 49-60.
- MOTA, Ana Elizabete et alii. Proposta básica para o Projeto de Formação Profissional. In *Serviço Social e Sociedade* (50). São Paulo: Cortez, abr. 1996. p. 191-195.
- NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social - notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In *Serviço Social e Sociedade* (50). São Paulo: Cortez, abr. 1996. p. 87-132.
- ONU. *Rapport Mondial sur le Développement Humain 1994*. Paris: Economica, 1994.
- _____. *Rapport Mondial sur le Développement Humain 1997*. Paris: Economica: 1997.
- PEREIRA, Hebe Martins Gonçalves. A prática do Serviço Social face às novas diretrizes da seguridade social. In *Cadernos de Serviço Social* (11). Recife: UFPE, 1995.
- PEREIRA, Otaviano. O que é Teoria. In *Coleção Primeiros Passos*. 8. ed. São Paulo: brasiliense, 1992.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela Mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- SANTOS, Lucinete Silva. Assistência Social na atual conjuntura brasileira. In *Serviço Social e Sociedade* (49). São Paulo: Cortez, nov. 1995. p. 20-45.
- SETUBAL, Aglair Alencar. *Pesquisa em Serviço Social: utopia e realidade*. São Paulo: Cortez, 1995.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. Subsídios para uma reflexão sobre novos caminhos da interdisciplinaridade. In *SÁ, Jeanete (org.). Serviço Social e Interdisciplinaridade*. São Paulo: Cortez, 1989.
- SILVA, Jacqueline Oliveira. O Serviço Social vai à Escola. Um estudo sobre a Formação Profissional do Assistente Social. In *Estudos Leopoldenses*. V. 31. N. 145. São Leopoldo: Unisinos, nov. dez. 1995.
- SILVA, Maria Ozanira da Silva e. O serviço social na conjuntura brasileira: demandas e respostas. In *Serviço Social e Sociedade* (44). São Paulo: Cortez, abr. 1994. p. 77-113.
- TRIVINÕS, Augusto N. S. *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais. A pesquisa qualitativa em Educação*. São Paulo: Atlas, 1987.
- VAZQUEZ, Adolfo Sánchez. *Filosofia da Práxis*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- WANDERLEY, Luiz Eduardo W. A “nova” (des)ordem mundial - implicações para a universidade e a formação profissional. In *Serviço Social e Sociedade* (44). São Paulo : Cortez, abr. 1994. p. 61-76.